

1.

O conceito de espaço e sua multidimensionalidade como elemento de compreensão dos espaços urbanos e rurais

Busca-se, no presente Capítulo, trazer para o centro do debate o conceito de espaço, compreendendo-o a partir do movimento de periodização da história territorial do Vale do Ciclo do Café e seus rebatimentos, focalizando o olhar para o município de Vassouras, atrelando-se à dinâmica processual de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Neste particular, para enriquecer o estudo, é importante resgatar o conceito de espaço e escala, estes últimos norteadores deste trabalho.

É fundamental, antes de iniciarmos nosso estudo, esclarecer a necessidade de afastar o equivocado conceito de espaço, usualmente empregado na acepção banal como simples dimensão da superfície da terra, para darmos lugar efetivo ao conceito real do ponto de vista geográfico, que é o que nos interessa.

A Geografia, entretanto, é por natureza e tradição uma ciência que se ocupa em apreender o espaço e sua organização e, considerando principalmente as últimas duas décadas do século XX, as abordagens teóricas e metodológicas da ciência geográfica têm contemplado ou incorporado em suas sistematizações também o estudo das práticas espaciais e os respectivos rebatimentos de transformações. É nesse movimento paradoxal, que a complexidade se coloca como elemento central, possibilitando, assim, uma gradual mudança entre o tradicional, formalista, ordenador, unidimensional e o “novo olhar” que se revela subversivo, integrador, multidimensional, não formalista. Um sistema aberto, caminho de construção do conhecimento geográfico revelador de espaços cada vez mais dicotômicos e assimétricos, porém, combinados em suas relações de poder e sociabilidade que, contraditoriamente, imbricam estes conjuntos de relações que envolvem o “todo” espacial e sua multifuncionalidade.

Partindo das reflexões trazidas por Rua (2009), o espaço multidimensional é produto das interações entre os espaços físicos, naturais, jurídicos, cultural, simbólico, econômico, sem deixar de frisar a possibilidade de outras múltiplas interações que iluminam a percepção e o olhar geográfico frente à realidade que se revela em suas inúmeras dimensões. Há algum tempo, segundo Rua (2009),

geógrafos, principalmente aqueles ligados a teoria social crítica tal como Santos (2004), vêm nos alertando para esta importância, ou seja, compreender o espaço de forma multiescalar, multidimensional, sistemicamente aberto, como produto onde interagem objetos e ações.

O geógrafo, ao romper com a simplificação unidimensional, possibilita que o espaço seja vislumbrado como produto social em uma cadeia infinita de relações entre os atores sociais e as estruturas organizacionais, que definem o modo de produção em escala que vai do local ao global, do material ao imaterial revestido de formas e conteúdos, com suas funções e estruturas reveladoras da essência espacial.

A essência espacial revela o espaço em movimento, não nos sendo possível abarcar a totalidade. Em sua essência, o espaço é marcado e revelador de práticas, comportamentos, redes e estruturas hierarquizadas de poder. O espaço é fruto das relações dicotômicas entre os grupos sociais; é resistência e contra resistências. O espaço social, segundo Ferreira (2007) parafraseando Lefebvre (1974), é produzido a partir do seu valor de uso, fruto das interações entre as classes no cotidiano. Portanto, são as tensões produzidas entre as relações de uso e as relações de trocas – incorporando tanto as ações sociais coletivas como as ações individuais dos agentes ou sujeitos sociais –, responsáveis pela formação do espaço-tempo. É este o movimento de formação, tanto da dimensão rural do espaço como da formação da dimensão urbana do espaço, que interagem entre si dialeticamente.

Uma das bases estruturadoras destas duas dimensões espaciais é a ideia de hibridez do espaço, ou seja, como um híbrido, o espaço revela imbricações em escalas materiais e imateriais, social e natural, o real e o simbólico. O espaço seria, portanto, nesta perspectiva, metaforicamente tal como uma rocha metamórfica, repleto de misturas e interações que tornam complexas ainda mais o seu estudo (RUA, 2009).

Assim, se o espaço é um híbrido, de acordo com Rua (2009), o meio rural e o meio urbano também o são. Nesse contexto, existe o espaço com suas dimensões (dimensão rural, dimensão urbana, dimensão natural etc.), revelando-se, ora com maior valor à dimensão rural, ora com maior destaque à dimensão urbana, ficando, na maioria das vezes, a dificuldade em se definir se o espaço é rural ou urbano. Eis aí uma das características da hibridez espacial: a dificuldade

de definir de forma segura, fechada, estanque, como o espaço. Em última análise, é essência. Podemos, então, afirmar a existência de áreas de maior ou menor adensamento de urbanidades ou ruralidades, por exemplo, tomando por base este mesmo autor, a ideia de hibridez do espaço não anula as particularidades de suas dimensões espaciais, pois o rural tem suas particularidades e existe como rural, assim como o urbano também possui particularidades e existe como urbano. Estas particularidades são por muitas vezes dicotomizadas.

A visão dicotômica entre o rural e urbano é resultado da criação e da influência ocidental e, segundo a perspectiva de análise espacial ocidentalista, o espaço é hierarquizado, marcado por relações de dominação, exploração, desigualdades, assimetria nas relações de sociabilidade e poder, ou seja, um espaço de tensões. É a partir desta lógica de pensamento, que o rural e o urbano passam a ser concebidos como dimensões espaciais repletas de diferenças e de aproximação, tal como colocamos em Ferraz (2006), se apropriando das palavras de Rúa (2002):

No contexto de relações que se estabelecem entre a cidade e o campo, a cidade fora concebida no imaginário popular, como o espaço da modernidade, velocidade. O rural como lento, residual. O processo que está em curso atualmente tem provocado, entretanto, o aparecimento de novas ruralidades, novas representações sociais frente à expansão de práticas urbanas no meio rural. Tais práticas vão colocar o espaço rural cada vez mais próximo do urbano uma vez que se absorvem hábitos e valores urbanos – industriais.

Tomando por base esta afirmação, não cabe mais estabelecer oposição entre estas duas dimensões espaciais. Estes dois – urbano e rural – estão cada vez mais conexos e interdependentes. Ao rural e ao urbano passam a ser atribuídos papéis multidimensionais, experiências que envolvem a relação espacial entre o local e o global. Ao rural, em especial, é atribuído novo sentido, já que deixa de ser apenas espaço do tempo lento, retrógrado e transmitindo e agregando novos significados, que passam a conceber, na dimensão rural, a valorização da natureza, a agregação de novos valores como (re)apropriação do espaço e (re)criação de novas relações entre o campo e a cidade em um novo conjunto de interações.

Estas novas relações entre o rural e o urbano vêm sendo elementos de estudo e debate de inúmeros autores, dentre eles, destacamos os adeptos da teoria social crítica como Graziano da Silva (1997), Carneiro (2001), Moreira (2005) e Rúa (2002; 2007; 2009). Estes mesmos autores, em especial, Rúa (2002; 2007;

2009), nos apresentam como exemplo a expansão do processo de urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro em direção ao interior, não de forma homogênea, mas sim a partir de eixos de desenvolvimento, promovendo mudanças significativas que irão perpassar as dimensões política, administrativa, cultural, comportamental, econômica e social, ou seja, de maneira multidimensional, multiescalar, criando reflexos no espaço e nas interações entre o rural e o urbano. O Vale do Ciclo do Café e o município de Vassouras são exemplos concretos de alguns destes eixos, e o turismo tem sido um exemplo de uma das atividades de aproximação da vida urbana em direção ao rural. Este mesmo movimento aproximador é responsável por uma série de instrumentos de infraestrutura e mudanças culturais, promovendo rebatimentos no desenvolvimento espacial em variadas proporções.

O rural contemporâneo é marcado por relações cada vez mais integradas ao urbano, o que nos leva a concordar com Rúa (2005) que afirma frente às transformações do momento atual, que o que está colocado é o processo de (re)organização do espaço pelo capitalismo. A dimensão espacial do rural permaneceria como tal, com suas singularidades, mas recriado e integrado às novas lógicas.

Segundo Ferraz (2006):

Tomando como base as assertivas de Lefebvre este mesmo autor afirma que a produção de um rural híbrido transcende às condições materiais e aos processos que lhes dão origem, estando também relacionada à criação de discursos sobre o rural e às poderosas imagens e símbolos através dos quais, o rural é representado como o “outro”, em relação ao urbano.

O rural neste contexto de análise espacial é compreendido como um espaço em transformações, (re)criação em razão de processos múltiplos inerentes a lógica capitalista, interferente na relação rural urbano, global e local. Retomamos, portanto, a ideia de ocidentalização, responsável pelas assimetrias de poder entre o rural e o urbano, compreendendo que nesta sistematização se colocam duas estruturas de contraposição à ideia de igualização e homogeneização dos espaços – resultado das forças estruturadoras da lógica capitalista societária de produção –, bem como a ideia de diferenciação, desigualização, compartimentação e fragmentação do espaço, também inserida na lógica capitalista, mas, predominantemente, como ação ou reação de resistência. É

com base em Lefebvre (1974) que formulamos esta estruturação analítica e podemos afirmar ser este o elemento motriz para a constituição e formulação de hegemonias que não se restringem apenas às relações de poder, mas também estão intimamente ligadas à formulação de discursos, símbolos e à aceitação e convencimento. O espaço é resultado da relação de poder e saber. As forças hegemônicas buscam inibir outros saberes e esta ação é a garantia da permanência e dominação espacial que nesta abordagem se revela como espaço-território. O espaço, por exemplo, para Lefebvre (1974) é o território de autores como Diméo (2001) e Hasbaert (2002).

O espaço é, portanto, produzido pela ação social e por suas múltiplas representações; é percebido pela presença e apreensão empírica da realidade, não existindo percepção pura e totalizante. É representado por valores culturais e ideologias, e é espaço da vida, do vivido, frequentado e percorrido, sendo concreto, permanentemente (re)construído por ações e representações. E são justamente estes conjuntos de representação que forjam o espaço.

Segundo Rúa (2006):

O espaço é a essência de todas as coisas, sendo fundamentalmente receptáculo da vida humana. Desde o nascimento já ocupamos espaço. É no espaço que está a dinâmica que rege a vida, é no espaço que está o existir, portanto, sendo ao mesmo tempo condição de existência e condição do existir.

É também a partir do movimento de existência que busca-se a compreensão dos movimentos de transformações espaciais que marcam o Estado do Rio de Janeiro.

1.1.

Transformações espaciais no estado do Rio de Janeiro e a (re)estruturação do espaço: o território do Vale do Ciclo do Café Fluminense no contexto de relações entre o rural e o urbano

O Estado do Rio de Janeiro é um espaço complexo para a análise geográfica, pois é uma das menores unidades territoriais federadas do Brasil, já que conta com apenas 43.900 km² de extensão. No entanto, apresenta muitos problemas que afetam o meio rural e o urbano, dentre eles, os elevados índices de concentração da população na área metropolitana, que corroboram para o esvaziamento do interior e que acarretam graves implicações socioterritoriais,

uma vez que a região metropolitana passa a ser polarizadora de investimentos e políticas, em detrimento de outras porções do Estado (RIBEIRO, 2002).

O Estado é também marcado por processos históricos e espaciais singulares que deixam evidentes a profunda metropolização. De acordo com Rua (2009), cerca de 80% do que se produz no Estado do Rio de Janeiro provém da metrópole, evidenciando já a primeira grande dicotomia, uma vez que para o interior restam apenas 20% de participação, revelando, deste modo, a concentração de força e capacidade de produção de cada um destes espaços. Estas características estão fortemente ligadas ao processo de ocupação do Estado do Rio de Janeiro, que não ocorreu de forma homogênea, notadamente pela mais fácil ocupação do litoral, explicada por uma extensa baixada no entorno da Guanabara. O mesmo não sucedeu com o interior, cuja ocupação fora dificultada por obstáculos impostos, tais como pela Serra do Mar. A situação se modifica com introdução da lavoura açucareira e cafeeira, fatores responsáveis pela ocupação interiorana.

Aliados aos fatores naturais que dificultaram o processo de ocupação estão outros de ordem política e econômica, como os diferentes estatutos jurídicos, a perda da capitalidade e o aprofundamento do crescimento industrial no Estado de São Paulo, em função dos frutos obtidos com a atividade cafeeira na sua porção oeste. Estes fatores foram também responsáveis pela intensificação das disparidades econômicas e demográficas existentes entre o núcleo e o interior do Estado Rio de Janeiro.

Outros elementos a serem destacados dizem respeito à predominância do setor de serviços – decorrente das funções administrativas que foram exercidas pela cidade –, e retomando a reduzida dimensão territorial do Estado, que conduziu a uma maior seletividade das áreas ocupadas; o avanço da especulação imobiliária sobre antigas áreas agrícolas (que aumenta o poder das oligarquias), entre outros. Tal reflexão tem o intuito de nos auxiliar a entender o espaço rural do Estado do Rio de Janeiro e suas transformações, a partir do incremento das atividades turísticas, elemento central da presente pesquisa no contexto da relação urbano e rural, levando-se em conta o crescimento da atividade turística.

De acordo com Ribeiro (2002), o quadro agrário fluminense apresenta profundos contrastes, uma vez que podemos perceber basicamente duas categorias de análise que caracterizam o rural: a porção territorial tradicional (em maior

proporção) e a porção modernizada (demasiadamente pontual). Com relação ao modelo de produção tradicional, tem como característica o cultivo voltado para subsistência, além de produtos outros como a cana de açúcar e o café, que trazem consigo profundas marcas históricas, representadas pelo município de Vassouras. De outro lado, no que diz respeito à porção modernizada, há presença de culturas que demandam técnicas mais exigentes de produção como a fruticultura, as holerícolas, além de produtos de mercado especializado como ervas finas, orgânicos, leite de cabra, trutas, cogumelos, escargots, produzidos principalmente na região serrana.

Desta maneira, o quadro agrário fluminense apresenta profundas desigualdades em sua estrutura, fruto de um processo de modernização desigual encadeado no Brasil durante a década de 1950 e intensificado ao longo de 1960. Tudo isto se reflete de forma a configurar um processo de modernização parcial e desigual. Neste passo, regiões tais como região serrana, médio Vale do Paraíba e região centro-sul apresentam expressivos índices de modernização em contraste com a região das baixadas litorâneas, Costa Verde e Norte Fluminense, sendo que esta última região vem apresentando aquecimento de sua economia em razão dos recursos provenientes dos royalties do petróleo.

Mesmo que possua pouca expressividade no cenário nacional de produção, o espaço agrário fluminense vem sofrendo, ainda que de forma incipiente, algumas alterações decorrentes de sua intensificação com o urbano, o que não quer dizer que caminhamos para um processo de homogeneização espacial.

O que se coloca como fenômeno atual é a expansão do processo de urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro em direção ao interior, não de forma homogênea, mas, sim, a partir de eixos de desenvolvimento, promovendo mudanças significativas que irão perpassar as dimensões política, administrativa, cultural, comportamental, econômica e social, ou seja, de maneira multidimensional, criando reflexos no território. O turismo rural tem sido prática que colabora para explicar estes processos de mudanças, uma vez que necessita de uma série de instrumentos de infraestrutura para que se desenvolva, promovendo, por conseguinte, uma série de rebatimentos espaciais.

De qualquer maneira, o cenário de crises do rural fluminense começa a se transformar a partir dos anos 90 do século XX, quando se intensifica um processo de valorização do meio rural, baseado na incorporação de outras atividades não

agrícolas em detrimento das atividades estritamente agrícolas, que veio complementar a renda do trabalhador, como por exemplo, o turismo rural.

Assim como já sinalizamos em Ferraz (2006), no que concerne ao espaço agrário fluminense, este tem apresentado alterações significativas em sua estrutura territorial em consequência de novas relações capitalistas que promovem a inserção, no Vale do Ciclo do Café Fluminense, de novas atividades, como por exemplo, o turismo em áreas tradicionalmente agrícolas, alterando as relações de trabalho, consumo, além, principalmente, da crescente influência do espaço urbano em relação ao meio rural. Neste sentido, com relação a estas transformações, nos afirma Rua (2005):

O campo (e o rural) vêm sendo percebidos, já há algum tempo, como mercadoria (terra-mercadoria), capaz de gerar, graças ao trabalho, outras mercadorias, além das rendas obtidas pela especulação. Atualmente, a essas condições já tradicionais, são incorporados novos papéis, integrados a um movimento de resignificado do rural, em que a natureza e as “atividades” do campo, tornaram-se mercadorias valiosas. Não se trata apenas da terra ou do trabalho a ela incorporado e sim de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que os valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho e áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra, como faz Moreira (1995). O capitalismo recria um rural capaz de participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re)construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais derivados desse processo.

Rua (2005) segue afirmando que todo este processo nos leva a pensar o rural integrado às transformações do momento atual de (re)organização do espaço pelo capitalismo. O rural permaneceria como tal, mas recriado e integrado às novas lógicas.

Tomando como base as assertivas de Lefebvre (1974) este mesmo autor afirma que a produção de um rural híbrido transcende às condições materiais e aos processos que lhes dão origem, estando também relacionada à criação de discursos sobre o rural e às poderosas imagens e símbolos através dos quais o rural é representado como o “outro” em relação ao urbano.

Neste contexto, o mundo rural deve ser compreendido como um espaço em transformação/(re)criação em razão dos múltiplos processos inerentes a atual lógica do mundo capitalista globalizado interferindo na relação entre o urbano e o rural.

O turismo rural no Vale do Ciclo do Café Fluminense traduz práticas modernas e inovadoras de transformações de natureza econômica, política, social, cultural e territorial, contribuindo, por exemplo, para o surgimento de novas configurações espaciais no contexto de relações entre o urbano e o rural.

As atividades não agrícolas, como é o caso do turismo, nos levam a necessidade de perceber de forma cautelosa as interações entre o mundo rural e o urbano, ou seja, o campo e a cidade considerados neste novo contexto de análise. Tendo em vista esta relação desigual e contrariamente combinada, a conectividade entre estes dois espaços se realiza por eixos de interiorização; eixos de desenvolvimento ou como preferimos concordando com Rua (2009), como eixos de maior adensamento de urbanidades. O rural e o urbano estão escalarmente distantes, entretanto, através destes eixos que se mantêm interligados e – neste particular –, o rural a cada dia mais se urbaniza, mesmo que ainda de maneira difusa.

O urbano leva para o rural, não exclusivamente novos aparatos técnicos, mas também novos valores, comportamentos, mentalidades, que alteram de forma significativa as ações sociais no espaço, (re)criando-o ou forjando-o.

Pouco a pouco cada vez mais valores, qualidades, símbolos, mas também problemas como violência, prostituição e drogas são incorporados e absorvidos pelo rural. Esta mesma lógica de construção geográfica, marcada pelas desigualdades e pelo poder do capital urbano, é também responsável pela (re)funcionalização, (re)iluminação de espaços (re)conquistando espacialidades que antes estavam opacas, segundo Ferraz (2006):

Exemplo concreto de transformação do meio rural fluminense é o Vale do Ciclo do Café, que se destaca pelas inúmeras funções desempenhadas ao longo de sua história – período que vai do auge do ciclo do café, passando pela fase de industrialização até o momento atual marcado, entre outras atividades, pelo turismo –, que deixaram marcas significativas, que implicam em transformação desse território e que possibilitou o surgimento de novas territorialidades.

Estas novas territorialidades desenharam para os produtores do espaço uma nova perspectiva de relações com o rural e com a natureza. É importante sinalizar, tal como segue afirmando Ferraz (2006):

O Vale do Ciclo do Café é uma denominação utilizada para demarcar o território que abarca propriedades rurais do período opulento da história do Brasil (ciclo do café) e que, na atualidade, busca superar as chagas herdadas a do declínio da lavoura cafeeira. Esse período foi marcado por uma evidente falta de dinamismo, que resultou em um baixo aproveitamento econômico destas propriedades nas quais, em geral, predomina o uso de uma única atividade agrícola: a pecuária extensiva.

A partir dos anos 90 do século XX, objetivando superar este cenário de crise, vem sendo desenvolvido um trabalho no sentido de promover a valorização do rural, mas por intermédio da alteração do tempo que é destinado às atividades de natureza agrícola. O homem do campo, agora, dedica apenas parte de seu tempo na prática de atividades agrícolas já habituais e à outra parte restante incorpora atividades não agrícolas que trazem um complemento à sua renda. Por exemplo, o turismo rural.

O turismo rural no Vale do Café Fluminense através de Vassouras vem destacando-se como um dos responsáveis pela interiorização de fluxos econômicos, bem como um eixo de forte industrialização, concentrando infraestrutura de produção e suporte destas atividades, tais como bancos, estradas, lojas, redes de comunicação etc.

Neste passo, o rural passa a ser concebido na atualidade como um espaço repleto de manifestações, com diferentes escalas e significados de representação, e isto se deve ao impacto da urbanização do rural que, na medida em que se industrializou, e, conseqüentemente, absorveu novas técnicas de produção, possibilitou o transbordamento do urbano sobre o espaço tradicionalmente rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Tomando por base o pensamento de Santos (2004), os conceitos de tecnosfera e psicofera nos possibilitam apreender que não são meramente as técnicas que modificam e influenciam o espaço, mas também um conjunto de discursos e redes de informação que disseminam estes novos aparatos como positivos e necessários para na vida, bem como o imaginário popular. Enquanto a tecnosfera é responsável pela artificialização dos ambientes, a psicofera é resultado dos desejos, hábitos, crenças e símbolos.

É no bojo desta complexidade relacional que surgem novas vocações, outras possibilidades que em alguns momentos deixam transparecer a vontade espontânea e em outros como vocações (turismo, as festas) impostas como elemento de (re)iluminação espacial em um novo movimento do capital, assim como a redescoberta de espaços degradados, forjando uma nova identidade,

criando ambientes, simulacros, como o vale do ciclo do café, provocando rebatimentos no município de Vassouras.

O tempo passa a ser um elemento fundamental desta análise espacial, tendo em vista que os objetos que compõem Vassouras são resultado de acúmulos desiguais de tempos. Estes objetos, que compõe a paisagem de exaltação da história imperial fluminense, passam a ser vistos como mercadoria e, neste contexto, a serem explorados, dando um novo sentido de uso da terra que não é mais apenas objeto de produção agrária, mas também de reinvenção da história, da tradição, agregando a visão de patrimônio com o objetivo claro, ou seja, uma nova lógica de apropriação espacial.

A partir da sistematização de Santos (2004) que compreende o espaço geográfico como conjunto formado por objetos e ações, repleto de formas e conteúdos, podemos afirmar que a indissociabilidade dos objetos e das ações é resultado das interações destes. É desta forma que o espaço encontra e (re)encontra suas dinâmicas e se transforma metaforizando-se no passado e no presente e como elemento do devir. De forma sintética, ressaltamos que a experiência e a vivência do espaço segundo Massey (2000) não é apenas exercida pela força do capital, é também uma experiência do olhar, da sensibilidade, de múltiplas identidades, experiências essas que formulam um sentido para cada lugar múltiplo de outros tantos sentidos (na perspectiva analítica da autora, o lugar se confunde com espaço).

Para Lefebvre (1974) e Harvey (1989), a complexidade do espaço se realiza em três dimensões, ou seja, as práticas espaciais que englobam as relações e os fluxos materiais e imateriais; as representações do espaço que representam os signos, sentidos, o cotidiano e os espaços de representação, e o espaço concebido, construído a partir de aspectos materiais e imateriais, possibilitando novas experiências de práticas espaciais em um movimento dialético. O município de Vassouras, contido no Vale do Café é um destes espaços, produto territorial inacabado, em consolidação, carregado de movimentos que lhe atribuem sentidos e valores, mercedores de estudo mais aprofundado, levando em consideração o processo e a teoria do desenvolvimento.

1.2.

O processo de desenvolvimento do território do Vale do Ciclo do Café: representações a partir de Vassouras

O Estado do Rio de Janeiro apresenta áreas cujo desenvolvimento é marcado por uma série de traços de particularidades que se manifestam em momentos históricos distintos, mas que definem e participam da construção das identidades locais.

Há algum tempo, temos nos dedicado ao estudo do turismo rural no Estado do Rio de Janeiro (FERRAZ, 2005; 2006; 2007), com especial atenção na região de classificação turística denominada Vale do Ciclo do Café Fluminense, que está representado por 14 municípios, a saber: Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores, Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Paulo de Frontin, Paracambi, Mendes, Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa, Pinheiral e Paraíba do Sul.

O território em destaque – Vale do Ciclo do Café –, inicialmente foi visto apenas como área de passagem, cortado por tropeiros que em trânsito constante em razão das atividades de trocas comerciais, estabeleciam ligação entre a capital da colônia e as áreas de produção aurífera, em Minas Gerais.

A partir do decréscimo da atividade mineradora, desenvolve-se no Brasil, efetivamente durante o século XIX, a *plantation* escravocrata do café. Este momento é relevante, uma vez que inaugura o desenvolvimento da cultura do café nas encostas do Vale do Paraíba Fluminense, espaço esse que ficaria marcado pelo processo de desenvolvimento econômico, social e cultural a partir desta atividade agrária. Em particular, segundo Locatel (2004), o café foi responsável por contribuir com 70% do valor das exportações brasileiras, tornando-se a base da economia do Império. Neste momento, tomando as palavras de Sousa (1940) “o Brasil era o café”.

O Vale do Café passa a vivenciar a experiência de se constituir enquanto uma centralidade de poder social e econômico, possibilitando o surgimento de uma elite oligárquica poderosa, os chamados “Barões do Café”.

O capital proveniente dos lucros obtidos com a produção do café resultou no desenvolvimento urbano, na construção de estradas e ferrovias, que proporcionou um melhoramento do escoamento da produção. Nesse período, pontualmente em 1855, tivemos, por exemplo, a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil. Todo este progresso gerou o crescimento e a

ocupação do interior do Estado do Rio de Janeiro a partir dos eixos de transporte e locomoção, que permitiram não só o escoamento das sacas de café em direção ao porto, mas também o estabelecimento de um novo elo de trocas entre as fazendas e a capital. Passaram a chegar com maior rapidez, artigos como máquinas, ferramentas, alimentos objetos de luxo como roupas, móveis e importados, principalmente da Europa.

O progresso resultou no desenvolvimento de municípios como Vassouras e Valença, que gozavam de grande prestígio político junto ao império.

Durante os “anos dourados”, provenientes dos lucros do café, os barões ostentaram através das fazendas o luxo que obtinham a partir da exploração do trabalho e suor dos escravos. Este quadro veio a ser alterado quando, em 1870, o café entra no clímax de sua crise, motivada fundamentalmente pela derrubada da mata nativa, esgotamentos dos solos, a dependência do trabalho escravo e outros fatores. A abolição da escravatura é para autores como Lamago (1950) e Valverde (1967) clássicos da literatura geográfica, o fato crucial para a derrocada do vale cafeeiro fluminense.

A partir deste momento, o Vale do Café passa a vivenciar uma crise sem precedentes, restando como herança desta época os solos empobrecidos, o endividamento das famílias oligárquicas e a degradação das fazendas, que não traduziam mais a opulência de outrora. Nesse momento, os centros urbanos minguaram, e a população migrou em busca de novas oportunidades.

A pecuária leiteira passa então a dominar a paisagem, surgindo como alternativa possível de manutenção e (re)funcionalização das fazendas. Esses fixos representam símbolos do apogeu e da crise da economia no território do café. O cenário só viria mudar novamente a partir do projeto de industrialização.

No ano de 1906, é criada a Companhia Valença de Tecelagem, atividade esta que viria a ser desenvolvida com maior fôlego durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 e que viria a exprimir na paisagem marcas presentes até os dias de hoje – elemento potencial para exploração do turismo.

Importante lembrar que no mesmo período, as indústrias de alimentação vinculadas ao setor agropecuário desenvolvem-se. O território do Vale do Café é reconhecidamente objeto de destaque por ter apresentado vocação para o exercício destas funções. Mas com o passar das décadas, estes aparatos acabaram perdendo a pujança inicial.

Novos aparatos técnicos surgem no vale cafeeiro como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada no município de Volta Redonda, e a rodovia Presidente Dutra, principal eixo de ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. São estes aparatos técnicos que viabilizam as condições necessárias para o implemento de atividades como a turística no Vale do Café a partir da última década do século XX.

A crise econômica brasileira, no decorrer dos anos 1980, afetou intensamente o interior do Estado do Rio de Janeiro, marcado por forte êxodo rural, distribuição espacial desordenada da população e instabilidade quanto à atração de investimentos. Nos últimos 20 anos, o eixo de metropolização intraestadual paulista Ribeirão Preto-Campinas-ABCD-Baixada Santista, superou em dinamismo o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, revelando uma nova matriz de desigualização espacial em um movimento escalar de contradições e combinações territoriais. Diga-se de passagem, digno de um trabalho de pesquisa aprofundado.

Este cenário de crise produziu a aproximação de setores urbanos e representantes dos produtores rurais para articularem uma estratégia que proporciona um novo sistema de relações espaciais. É a partir deste contexto histórico, que Vassouras desponta como espaço de prática do turismo histórico rural. Desde então, tem início uma nova trajetória de construção e afirmação da sua identidade que, nas últimas décadas, e mais recentemente, tem se valorizado a partir das relações culturais, das tradições reinventadas nos fixos espaciais presentes em seus domínios, através do patrimônio arquitetônico, da música, da dança, do jongo e das sedes das fazendas cafeeiras, hoje (re)funcionalizadas como elemento de apropriação capitalista.

No trabalho em questão, é fundamental observar a coexistência do espaço absoluto, abstrato, e diferencial como um processo de representação de diferentes épocas. Nesse sentido, nos aproximamos de um processo de análise das fases ou etapas de desenvolvimento espacial e percebemos escalas que passam do nível mais geral e englobante para um nível mais particular e individualizado.

A palavra ou expressão desenvolvimento é de maneira comum utilizada para representar mudança, transformação, e é também relacionada às melhorias estruturais, técnicas e científicas. Nos últimos anos, a expressão desenvolvimento vem recebendo nova atenção e significados nos debates acadêmicos, tendo

ganhado, inclusive, dimensões que ultrapassam a simplificação do sentido do desenvolvimento, antes considerado apenas como objeto de importância econômica do tipo determinado, o que carrega consequências humanas e sociais em uma suposta lógica de ordenamento, tal qual nos sugere Castoriads (1997).

Como exemplo desses avanços, recorreremos aos estudos de Rua (2007), Castoriads (1987; 1992; 1997), Souza, (1997; 2006) e Hall (2002), além de outros estudiosos do tema. Nesse passo, outras dimensões e balizamentos teóricos surgem também, tomando por base a cultura, o meio ambiente e, fundamentalmente, o despertar da autonomia dos sujeitos e atores espaciais junto ao processo de reestruturação dos espaços, oportunidade que se vislumbra a possibilidade de espaços de utopia ou em outras palavras, espaços de liberdade, tal como nos apresenta San (2000), que os entende como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Trazer para o centro do debate as liberdades humanas é reconhecer os contrastes com visões mais restritas de desenvolvimento, como o valorizado pela escala econômica.

As liberdades em escalas mais amplas podem ser compreendidas a partir de determinantes de acesso da população à saúde, educação, garantia plena dos direitos civis, tolerância e respeito às diferenças individuais e coletivas.

Segundo San (2000) as principais fontes de liberdade são removidas a partir de lógicas constituídas da pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, espoliação social e intolerância dos estados repressivos. O mesmo autor nos induz a refletir a respeito dos valores sociais que estamos por construir, utilizando-se, também, da evolução do conceito de ética, que compreende a liberdade como conceito multiforme, que possibilite oportunidades e o desenvolvimento de fato, comprometido com justiça social e igualdade dos direitos coletivos. Destaca-se este aspecto, pois, comumente, o desenvolvimento foi associado à razão cartesiana, em especial ao modo de produção capitalista como elemento de progresso e modernização, como sinônimo de crescimento econômico ou de crescimento estrutural tecnológico. Segundo Castoriads (1992), estes princípios foram construídos a partir da revolução técnica científica do século XVII e foram impulsionados com a revolução industrial do século XIX. Esses marcos históricos são relevantes, pois eles nos revelam as matrizes do modelo capitalista em sua essência utilitarista e estruturalista, como modelo imposto do modo civilizatório e ocidental capitalista. Para Castoriads (1997) as

questões ambientais são concretos exemplos balizados a partir da lógica dos custos e dos rendimentos.

A partir da perspectiva utilitarista, por exemplo, com ênfase no crescimento econômico, a natureza passa a ser vista como um recurso a ser explorado sem que se preserve a preocupação com a finitude dos elementos naturais. Segundo Alvater (1999), este quadro é fruto do paradigma keynesiano. Para o autor, o processo de acumulação capitalista atravessa fronteiras e atingiu o seu maior limite paradigmático por interferir na vida das pessoas. Fato constatado nas últimas três décadas do século XX, ou seja, o autor chama atenção para os limites da capacidade de renovação dos ecossistemas e do meio ambiente do planeta.

Alvater (1999), com o qual concordamos, sinaliza para uma crise ambiental global cujos recursos se tornam escassos por uma limitação do próprio planeta, por vezes negligenciado sob o fundamento da ameaça de restrição do crescimento econômico, ou mesmo de subestimação da capacidade de renovação do ambiente planetário. Na mesma oportunidade, este autor afirma que a globalização e a crise ecológica são, sem dúvida, desafios paradigmáticos para as abordagens do desenvolvimento dominantes do final do século, uma vez que colocam em risco o discurso da democracia, dos direitos humanos e, em especial, da vida no planeta. Deste modo, os usos das técnicas na exploração dos recursos naturais passam cada vez mais a servir ao capital e ao modo de produção capitalista, gerando uma crise sem precedentes, que produz impactos ambientais, sociais, miséria e a (re) produção de desigualdades impulsionadas em maior escala nas últimas décadas.

Segundo Chesneaux (1996), o espaço da modernidade e o tempo da modernidade se organizam em sistemas rígidos, cujo olhar da natureza a respeito das espécies vivas e o funcionamento livre e flexível dos ritmos biológicos são cada vez mais desprezados e degradados. O autor segue afirmando que, em um plano escalar mais amplo, toda a nossa organização social em tempos de modernidade entra em conflito com os ritmos da biosfera e da atmosfera não permitindo que a natureza “tome a seu próprio tempo”, reconhecendo que, separados da natureza, o espaço e o tempo se tornam regidos por uma lógica de natureza simplista e funcionalizada. Nesse contexto, há de se reconhecer a existência de uma nova ordem internacional, marcada por um tempo de grandes

transformações e rupturas. O fim do grande confronto político e ideológico do século XX, acompanhado da falência do sistema econômico, social e fundamentalmente cultural do Estado centralizador, que possibilitou a organização de novas configurações espaciais em diferentes escalas – econômica, cultural, política, entre outras –, que motiva uma gama de processos de ordem social, econômica e cultural, de caráter global, em rebatimento dialético com o espaço local. O avanço do conhecimento, a circulação das informações e as inovações tecnológicas são exemplos concretos de algumas mudanças e rupturas que marcam um passado ainda contínuo e recente, do modo societário capitalista.

Trata-se, como nos sugere Vainer (2001), inspirado nas reflexões de Ianni (1993), de uma arena constituída de forças políticas, ideológicas e financeiras, que buscam conferir aos indivíduos uma mesma cidadania global. Registre-se, segundo Vainer (2001), que a polaridade local X global domina os debates contemporâneos, revelando-nos um amplo processo de dissolução de soberanias, mais do que isso, uma dissolução societária e cultural que condena a globalização.

Estes princípios reflexivos auxiliam a interpretação de como o modo societário capitalista é capaz de produzir códigos, símbolos, discursos de convencimento, espaços de apropriação e dominação como observados a partir das atividades de turismo em Vassouras.

Isso porque Vassouras, em razão da sua história, é dona de um espaço marcado como a “velha cidade dos barões do café”, com casarões, fazendas, praças, que representam o passado oligárquico cafeeiro. Este universo de representação pode ser percebido através da paisagem, que é transformada em patrimônio e, mais recentemente, espaço apropriado pelo turismo.

Estes três elementos, paisagem, patrimônio e turismo formam uma tríade de análise do espaço de Vassouras, pois representam elementos que constituem o universo mais recente de transformações vividas por este município em uma relação dialética que interage nas escalas do local-regional-global com o Vale do Café.

De outro lado, More (2008), faz crítica aos antropólogos, pois, segundo o autor, o estudo da escala não é restrito aos processos regionais e globais. O autor provoca-nos a pensar a respeito de como o conceito de escala é aplicado ou utilizado pelos diferentes grupos humanos ou áreas do conhecimento acadêmico, que se omitem por não assumir a ontologia do termo.

Para More (2008) é fundamental ampliar as perspectivas de análise espacial, percebendo a escala como um instrumento que é também de ação social, de realidade concreta e não simplesmente como um instrumento cartesiano de medida.

Lima (2005) nos convida a refletir a respeito do princípio escalar, que segundo o autor é aquele que permite a (re)configuração de vários contornos, não sendo monopólio da Geografia, ou seja, somando-se ao pensamento de More (2008). Assim, a escala considerada como um conceito íntimo da Geografia é, por exemplo, também norteador de trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos. Lima (2005) avança no estudo da escala, afirmando ser o conceito um princípio orientador de investigação, não apresentando o mesmo traço entre os diferentes profissionais que podem utilizá-la como rico recurso de entendimento da realidade. Neste passo, Lima (2005) resgata autores como Boa Ventura dos Santos, apontando a relevância da escala englobar a dimensão política e social da contemporaneidade, cada vez mais fugaz. Por outro lado, algumas dificuldades se colocam em razão da impossibilidade do fenômeno da complexidade atual composta, por exemplo, do espaço doméstico, espaço-tempo, espaço da produção, da cidadania, mundial e outros. Desta forma, o conceito de escala deve ser analisado a partir de um complexo jogo de relações que envolvem poder, subjetividade, abstração e outros atributos elementares, não sendo a escala capaz de esgotar um tema ou uma questão levantada ao longo da investigação como é o caso do estudo do desenvolvimento espacial.

O desenvolvimento visto em movimento, a partir do modo contraditório e desigual capitalista, é constantemente alterado e reestruturado, metamorfoseando-se. Este processo altera as relações em sociedade, promovendo transformações espaciais na escala do geral e do particular, nas relações de poder que interferem dinamicamente nos espaços e na vida dos indivíduos.

No bojo deste processo, é relevante desenvolver considerações que nos levam ao entendimento dos principais marcos do desenvolvimento territorial de Vassouras, como elemento de representação do espaço a partir de uma trajetória de desenvolvimento em ondas ou periodizações, que colaboram para a produção do espaço.

O processo de produção do espaço engloba tanto as relações de produção como as relações de reprodução das relações sociais. O percebido, o concebido e o

vivido são em forma de articulação com as práticas espaciais, as representações do espaços, elementos estes trazidos por Lefebvre (1994).

Em termos “Pratica espacial que engloba a produção e a reprodução, e as localizações particulares e os conjuntos espaciais característicos de cada formação social”. Pratica espacial assegura continuidade em algum grau de coesão de espaço social, e de cada membro de um dado relacionamento da sociedade com aquele espaço, esta coesão implica num nível garantido de competência e num nível garantido de performance.

Representações do espaço, que são as amarradas às relações de produção e a ‘ordem’ que essas relações impõem, e, portanto ao conhecimento, signos, aos códigos, e para as relações frontais.

Espaços de representação, incorporando complexos simbolismos, algumas vezes codificados, outras não, ligados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também para a arte (que pode ser eventualmente definida menos como um código do espaço do que um código dos espaços de representação)”.

Sociologicamente, a partir dos estudos de Durkheim (1977), o papel dos indivíduos é o de buscar manter o processo de coesão social de forma a garantir reconhecimento em seus grupos e espaços de representação. Neste aspecto, ser reconhecido significa fazer parte de um grupo, que passa a ser e a ter referência social entre os seus iguais e os que lhe diferem. Este processo de reconhecimento é estabelecido pela sociedade, que define o papel de cada individuo ou grupos de indivíduos em um conjunto de movimentos que em determinados momentos é de aceitação e em outro de resistência e luta entre as classes sociais, em ações de manutenção de hegemonias e de contra- hegemonias.

Os grupos sociais perpetuam sua coesão quando estabelecerem regras que são transmitidas de grupo para grupo, de individuo para individuo. Estas regras refletem-se na formação de territórios ou espaços dicotômicos e assimétricos em suas relações contraditórias e combinadas de poder (SMITH, 1988). O Estado deveria ser o mediador dos conflitos, entretanto, segundo Marx (1978), o Estado não acaba com o conflito, pelo contrário, em muitas vezes, o reforça. Também segundo ele, as ideias não teriam o poder por si só de mudar a sociedade, a não ser que sejam combinadas com a ação humana.

Para Weber (?), a sociedade e suas diferenças não podem ser explicadas apenas pelo viés econômico, existindo uma ampla gama de possibilidades para o entendimento do desenvolvimento desigual e combinado em razão do uso da retórica, do conhecimento, das perspectivas jurídicas, políticas, da religião, além de outros critérios.

A construção da hegemonia envolve a territorialidade (HAESBART, 2001). A construção do capitalismo supõe a constituição de uma invulnerabilidade relativa, tanto material quanto simbólica, permeando o espaço de símbolos e significações. A título de exemplificação, temos as relações entre Vassouras e o Vale do Café como “modelo de exportação” para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro, em um movimento de esforço na retomada do crescimento (DAVIDOVICH, 1998).

Atrelando também estes espaços á dinâmica de relações entre a capital e o interior, que perpassa pela ideia de desenvolvimento como um conceito que vem sendo construído já há alguns séculos a partir do pensamento ocidental (CASTORIADIS, 1997).

O ocidente, neste contexto de análise, se confunde com o papel que algumas sociedades ocupam hierarquicamente, e espaços ditos como superiores a outros ditos periféricos. O ocidente torna-se sinônimo de moderno, iluminado, desenvolvido, capaz, urbanizado, capitalista, desigual tendo as raízes desta concepção estruturadas desde o século XVI, tal como coloca Hall (2002). É um processo de imposição cultural, homogeneidade fabricada, tendo como pilar fundamental a manutenção das ordens vigentes e a produção desigual de espaços e relações de colonialidade.

Compreender o rural e o urbano como espaços marcados pelo modo societário capitalista significa reconhecer relações de poder e assimetrias, que em alguns momentos se revelam difusas e em outros, combinados. Cabe aprofundar o debate a respeito da teoria do desenvolvimento de maneira a perceber como ela se encaixa no jogo de relações espaciais presentes neste trabalho.

Para Chesneaux (1996), o tempo da modernidade está contraído no imediato, impondo à vida cotidiana a lógica do instante. Neste passo, o patrimônio e a paisagem de Vassouras são elementos colaboradores do entendimento e do estudo do desenvolvimento, pois englobam dimensões culturais e políticas e não simplesmente o econômico.